



TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 04/2024: Modernização - Aperfeiçoamento e inovação do sistema - PDDE, PNATE, Caminho da Escola	
Título e Código do Projeto:	914BRZ1149 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
Local de Trabalho:	Brasília-DF
Período do contrato:	11 meses
Número de vagas:	01 (uma)
Enquadramento no Prodoc:	1.2.5 Realizar análise e indicação de necessidade de aperfeiçoamento e inovação do sistema de implantação, controle e monitoramento dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar, garantindo eficiência e eficácia na aplicação dos recursos pactuados.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

- Contexto da consultoria

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Dentre os resultados esperados, há o Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados. Para o alcance do Resultado 1.2, está prevista a contratação de consultores para elaborar metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar.

- Motivos e relevância

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido como PDDE Básico, é regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16

de setembro de 2021, tendo como legislação principal anterior a Resolução CD/FNDE/MEC nº 10, de 18 de abril de 2013.

Além do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que consistem em programas educacionais específicos geridos pelas Secretarias do Ministério da Educação – MEC (Secretaria de Educação Básica – SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi), mas que seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico nos quesitos: forma de transferência dos repasses, modo de gestão dos recursos e modo de prestação de contas.

Contudo, cada Ação Integrada possui finalidades, objetos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos e alcance dos objetivos dos programas.

O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

- o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
- a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
- o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

Para que os programas de manutenção escolar sejam bem compreendidos e executados, o FNDE precisa investir em estratégias efetivas de modernização.

Assim, a finalidade da contratação em questão é de desenvolver estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação do Programa Dinheiro Direto na Escola e das Ações Integradas.

A realização de levantamento de informação e proposição de melhoria na modernização do PDDE, seguramente, contribuirá para subsidiar e qualificar as ações de assistência técnica e tomada de decisão das políticas do FNDE. Dessa forma, a aplicação dos recursos será otimizada, contribuindo para que se gerem os resultados esperados.

- Necessidade da consultoria

Este edital tem por objeto a contratação de 01 (uma) consultoria especializada em atividades de análise, acompanhamento e controle da operacionalização das atividades de gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola e das Ações Integradas.

Ressalta-se a não existência de profissionais disponíveis com este perfil na Autarquia, tendo em vista todos os que possuem a formação exigida estarem em exercício de suas atividades e exercendo funções de chefia ou assessoramento.

2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC

- Resultados que serão alcançados: Realizar análise e elaborar metodologias de aperfeiçoamento e apoio à gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação do PDDE e Ações Integradas.

Enquadramento no Prodoc:

Objetivo Imediato: Políticas educacionais de transporte escolar e de descentralização de recursos às escolas sendo executadas de forma eficiente a partir de aplicação de novas metodologias, experiências inovadoras e boas práticas nacionais e internacionais, hábeis a incrementar seu desenvolvimento.

Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

Atividade 1.2.5: Realizar análise e indicação de necessidade de aperfeiçoamento e inovação do sistema de implantação, controle e monitoramento dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar, garantindo eficiência e eficácia na aplicação dos recursos pactuados.

3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Descrição
<p>Produto 1 – Documento técnico contendo levantamento do procedimento operacional e sistêmico para controle dos processos de planejamento e gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola, abrangendo documentos, processos de trabalho, sistemas, responsabilidades, mecanismos de coordenação e de controle das atividades e dos resultados.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões institucionais; • Diálogo permanente com a equipe da Coordenação-Geral do Desenvolvimento e Melhoria da Escola - CGDME; • Análise do procedimento operacional e de sistematização do programa; • Elaboração de guia orientador contendo procedimento operacional dos processos de trabalho e sistemas; • Consulta a documentos e registros oficiais; • Identificação e organização dos documentos, dos processos e das estratégias do programa.
<p>Produto 2 – Documento técnico contendo proposta de fluxo para organização dos processos do PDDE e PDDE Educação Especial, assim como, proposta de modelos de documentos para acompanhamento e controle dos processos de trabalho, com definição de etapas, prazos, atividades e responsabilidades.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões institucionais; • Diálogo permanente com a equipe da CGDME; • Mapeamento dos processos da coordenação-geral; • Elaboração de fluxogramas; • Elaboração de guia orientador contendo procedimento operacional do fluxo dos processos de trabalho.
<p>Produto 3 – Documento técnico contendo as propostas oriundas das análises de normativos para repasse de recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Básico.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões institucionais; • Diálogo permanente com a equipe da CGDME; • Proposta de alterações nos normativos sobre o PDDE Básico.
<p>Produto 4 – Documento técnico contendo as propostas oriundas das análises de normativos para repasse de recursos por meio do PDDE Ações Integradas.</p> <p>Atividades necessárias para elaboração do Produto 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões institucionais; • Diálogo permanente com a equipe da CGDME; • Proposta de alterações nos normativos sobre o PDDE Ações Integradas.

Produto 5 – Documento técnico contendo cartilha/manual orientativos às equipes da Coordenação-Geral sobre os procedimentos do fluxo integrado de processos e modelos de documentos.

Atividades necessárias para elaboração do Produto 5:

- Participação em reuniões institucionais;
- Diálogo permanente com a equipe da CGDME;
- Elaboração de cartilha.

4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil: Consultor em análise, monitoramento e financiamento de políticas públicas

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Produto 1 Documento técnico contendo levantamento do procedimento operacional e sistêmico para controle dos processos de planejamento e gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola, abrangendo documentos, processos de trabalho, sistemas, responsabilidades, mecanismos de coordenação e de controle das atividades e dos resultados.	40 dias
Produto 2 Documento técnico contendo proposta de fluxo para organização dos processos do PDDE, assim como, proposta de modelos de documentos para acompanhamento e controle dos processos de trabalho, com definição de etapas, prazos, atividades e responsabilidades.	120 dias
Produto 3 Documentos técnicos contendo as propostas oriundas das análises de normativos para repasse de recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Básico.	180 dias
Produto 4 Documentos técnicos contendo as propostas oriundas das análises de normativos para repasse de recursos por meio do PDDE Ações Integradas.	250 dias
Produto 5 Documento técnico contendo cartilha/manual orientativos às equipes da Coordenação-Geral sobre os procedimentos do fluxo integrado de processos e modelos de documentos.	310 dias

* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** Graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC em direito, administração, ciências sociais ou áreas afins.
- **Experiência Profissional:**
 - Experiência mínima de 3 (três) anos em atuação ou consultoria na Administração Pública Federal.
 - Experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação com programas e políticas públicas.

6.2 Desejáveis:

- Especialização, mestrado ou doutorado.
- Experiência em atuação com políticas públicas na área de educação.

7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os candidatos serão avaliados pelos critérios técnicos dispostos na tabela a seguir.

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	<p>É obrigatório que possua curso superior completo em direito, administração, ciências sociais ou áreas afins, devidamente reconhecido pelo MEC.</p> <p>É desejável especialização, mestrado ou doutorado em qualquer área de formação.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p>[100%] 20 pontos: Doutorado [90%] 18 pontos: Mestrado [80%] 16 pontos: Especialização [70%] 14 pontos: Graduação em comunicação, políticas sociais ou áreas afins</p>	20
2	Experiência do candidato	<p>É obrigatório que possua experiência mínima de 3 (três) anos em atuação ou consultoria na Administração Pública Federal.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 7,5 ou mais anos de experiência [90%] 18 pontos: 6 anos de experiência [80%] 16 pontos: 4,5 anos de experiência [70%] 14 pontos: 3 anos de experiência</p>	20
		<p>É obrigatório que possua experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação com programas e políticas públicas.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 6,5 ou mais anos de experiência [90%] 18 pontos: 5 anos de experiência [80%] 16 pontos: 3,5 anos de experiência [70%] 14 pontos: 2 anos de experiência</p>	20
		<p>É desejável que possua experiência com políticas públicas na área de Educação.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p>[100%] 10 pontos: 5 anos ou mais [90%] 9 pontos: 4 anos [80%] 8 pontos: 3 anos [70%] 7 pontos: 2 anos</p>	10
3	Entrevista	Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital.	<p>[100%] 10 pontos: Ótimo [70%] 7 pontos: Bom [50%] 5 pontos: Regular [10%] 1 ponto: Fraco</p>	10

	Desenvoltura na articulação de temas e ideias ao responder relacionadas as atividades previstas no edital.	[100%] 10 pontos: Ótimo [70%] 7 pontos: Bom [50%] 5 pontos: Regular [10%] 1 ponto: Fraco	10
	Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.	[100%] 10 pontos: Ótimo [70%] 7 pontos: Bom [50%] 5 pontos: Regular [10%] 1 ponto: Fraco	10
TOTAL DE PONTOS			100

8 – ENTREVISTA

A fase final do processo de seleção e classificação se dará por meio de entrevista com os candidatos que atingirem a maior pontuação referente a qualificação e experiência, conforme item 7 deste edital. Para cada uma das vagas, a critério do Comitê de Seleção, 03 (três) ou mais candidatos participarão dessa fase.

As entrevistas terão caráter classificatório e eliminatório e, a critério do Comitê de Seleção, poderão ser presenciais e realizadas em Brasília, no Edifício FNDE.

A entrevista valerá **30 (trinta) pontos**, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, fluência verbal e capacidade de raciocínio.

9 – LOCAL DE TRABALHO

Brasília-DF.

Não há a necessidade de o(a) consultor(a) permanecer nos espaços físicos da Autarquia, podendo trabalhar remotamente, desde que resida em Brasília e esteja disponível para a participação de reuniões presenciais, videoconferências, além de atender ligações, responder e-mails e manter as condições necessárias para acessar os sistemas corporativos.

Brasília/DF, 26 de dezembro de 2023.